

Quatro anos sem Marielle Franco e o lugar das mulheres negras na política

» LEONOR COSTA

Jornalista, assessora parlamentar, mestra em direitos humanos pela UnB e integrante da Cajira-DF



Nesta semana completaram-se quatro anos da execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrida na noite de 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Quatro anos sem que o país tenha a resposta concreta de quem foram os mandantes desse assassinato, que é o mais grave crime político das últimas décadas. São quatro anos que a pergunta “Quem mandou matar Marielle?” segue ecoando, ainda sem as devidas respostas.

Um desafio que fica nesses 48 meses é pensar nos efeitos dessa execução para o país, para a democracia e, sobretudo, para as mulheres negras que ousam a transpor as barreiras do racismo estrutural. Onde e como estão as sementes de Marielle Franco, que cresceram a partir do primeiro processo eleitoral após a execução? E aquelas que seguiram “brotando” nos anos seguintes?

Uma realidade que insiste em latejar nas nossas cabeças é que o ocorrido naquela noite escancarou as inseguranças e a violência sofridas por mulheres negras na cotidiana de sua luta. Uma forma de passar o recado de que lugar de mulher preta e favelada não é na política e muito menos na tribuna de uma casa legislativa, como a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ou de confirmar o nosso não lugar nesses espaços.

Aqui precisamos, brevemente, conceituar o racismo, o sexismo e o classismo como categorias centrais que estruturam a organização de nossas vidas. Historicamente, mulheres negras são preteridas dos espaços da política, seja nos partidos políticos, seja nas direções dos sindicatos, seja nos movimentos

sociais ou, principalmente, nos espaços legislativos e executivos brasileiros.

Se somos nós a garantir o funcionamento dos lares e da sociedade, empenhando toda a nossa força de trabalho em dupla — e até mesmo em tripla jornada —, somos nós também as que mais sofrem com o desemprego, a informalidade e a falta de vagas na educação pública e no Sistema Único de Saúde (SUS). Somos nós as que menos ocupam os cargos de direção que decidem os rumos do nosso país. Somos nós as que mais sofrem com as crises cíclicas que alimentam o capitalismo, sem jamais esquecer que a austeridade é racista.

Nesse contexto, como forma de transformar o luto em luta, para muitas, o legado de Marielle serviu de inspiração e coragem. A frase “não seremos interrompidas” é a expressão da necessidade de mostrar que o sistema racista, sexista, classista e LGBTfóbico não impedirá que mais mulheres se coloquem na disputa da política institucional. A Marielle que amava mulheres; a Marielle feminista negra, socialista e favelada é semente que floresce a cada novo dia, com mulheres tomando o seu exemplo para transformar a realidade em que vivem.

No entanto, é preciso também pensar o significado desses quatro anos sem respostas, quando temos um Estado liderado por um governo com contornos marcadamente neofascistas e com relações estreitas com o crime organizado e as milícias. É preciso analisar também que, na mesma proporção em que mais mulheres negras se colocam para disputar a política

institucional, há também um crescente número de casos de ameaças e perseguições que colocam em risco o exercício parlamentar e a própria vida dessas mulheres.

São estereótipos os casos de vereadoras e deputadas negras e trans enfrentando violências das mais diversas formas, incluindo ameaças de morte e discursos de ódio no submundo da internet. A violência política que ameaça o mandato da vereadora Érika Hilton — a primeira mulher trans a ocupar uma vaga na Câmara Municipal de São Paulo —, ou que obrigou a deputada federal Talíria Petrone a sair do estado por onde foi eleita, tem a mesma raiz da violência que executou Marielle Franco há exatos quatro anos.

É preciso dizer que tais episódios são ameaças frontais à democracia. A falta de resposta para o assassinato de uma vereadora da segunda maior cidade do país, aliada à tentativa de silenciar as mulheres que colocam seu ativismo para transformar as nossas vidas, num contexto de um governo autoritário, aponta o tamanho da fragilidade da conjuntura que vivemos.

Exigir justiça por Marielle e Anderson é também confrontar essa dura realidade e defender um país mais seguro para mulheres negras. Levar adiante o legado político de Marielle é uma resposta ao autoritarismo em curso e uma forma de dizer que não haverá uma democracia efetiva sem que as nossas assumam o protagonismo no projeto de transformação rumo à sociedade pela qual lutamos e na qual queremos viver. Uma sociedade que caiba todas nós, com segurança para as nossas vozes e os nossos corpos que resistem!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A Luos e os interesses políticos

Desde que foi alçada, por interesses diversos e difusos, à condição de capital do país com plena autonomia política, Ari Cunha, nesta coluna, que teve sua estreia exatamente no mesmo dia em que Brasília foi inaugurada, em 21 de abril de 1960, passou a acompanhar, com um misto de desconfiança e maus presságios, o que veria a ser a tal maioria política do Distrito Federal, tão festejada por políticos e empresários, isso há 32 anos.

Permanecem as razões que levavam, e ainda levam, esse espaço a acreditar que a emancipação política da capital, feita de modo açodado e sem um debate público aprofundado, não seria um bom negócio para seus habitantes. Primeiro, porque o próprio idealizador da capital, o urbanista e arquiteto Lucio Costa, por diversas vezes se posicionou contra essa possibilidade, que desvirtuava as ideias de seu projeto original; também porque, de lá para cá, o que se viu, a cores e ao vivo, foram sucessões de escândalos cabeludos, envolvendo políticos e empreendedores locais, com prisões de alguns, flagrados com dinheiro de corrupção nas mãos, mas principalmente com a tão conhecida impunidade, que, a exemplo do que sempre aconteceu no resto do país, veio também a fazer parte do cotidiano candango.

Fossem esses os únicos problemas que passaram a assolar a capital e seus habitantes, a solução poderia ser resolvida com eleições. O fato, e essa coluna apontava desde o começo, é que, como se viu, interesses econômicos, aliados a má índole política de nossos representantes, concorreriam para desfigurar o projeto e a ideia originais contidos na proposta vitoriosa de Lucio Costa.

Desde o primeiro dia dessa emancipação, os jornais passaram a estampar em suas manchetes uma torrente de denúncias, mostrando, por um lado, a transformação dos espaços públicos e das áreas de preservação em moeda política de troca, dentro da concepção torta de “um voto por um lote. Com isso, a capital começou a experimentar um inchaço urbano sem igual, com áreas ocupadas da noite para o dia, invasões a terras públicas e estabelecimento de bairros sem quaisquer projetos de impactos.

A vontade política passou a prevalecer sobre os anseios da população de bem, o que gerou um descompasso tal que, em pouco tempo, o que deveria ser a Casa do Povo — o Legislativo — ganhou a alcunha, nada lisonjeira, de “Casa do Espanto”.

Problemas urbanos que, antes só havia em outras metrópoles do país, passaram a ser presenciadas também na capital, como engarrafamentos constantes, aumentos da violência e da mendicância, deterioração e decadência dos espaços coletivos, com sobrecarga incontrolável na prestação de serviços públicos de saúde, educação, transporte, segurança e outros. O aumento estratosférico nas despesas para custear a enorme e inchada máquina administrativa criada foi outra herança da emancipação política. Os gastos passaram a ser cobertos pelo aumento de impostos e tributos arrancados dos contribuintes. Houve, assim, aumento no custo de vida dos brasilienses e piora acentuada da qualidade de vida dos habitantes.

Por conhecer a história e a índole política dos homens públicos deste país, esta coluna viu suas piores previsões se transformarem em realidade. Uma realidade que desagradou todos. É preciso lembrar que, desde o início, antevíamos que a emancipação seria um excelente negócio para alguns poucos, principalmente gente que vimos desfilar nas páginas policiais dos nossos jornais. Quando se anuncia que, na próxima semana, será votada a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) na Câmara Legislativa, é bom que a adormecida população acorde para o que está por vir nesse pacote que altera, mais uma vez, a ocupação e a destinação das áreas que ainda restam dentro do polígono do Distrito Federal.

De nossa parte, vínhamos alertando, desde os anos 1990, para os perigos de deixar em mãos dos políticos locais as discussões e decisões sobre as terras da capital. Com a palavra dos urbanistas e outros brasilienses atentos.

» A frase que foi pronunciada

“Se os políticos falassem apenas por suas atitudes, por certo muitos deles seriam varridos do cenário nacional e da história do país.”

Filósofo de Mondubim

Eficiente

» Mais rápido e eficiente. O aplicativo Maria da Penha Virtual foi usado só no Rio de Janeiro, por 850 mulheres em pouco mais de um ano. As petições de medida protetiva de urgência por violência doméstica, ou familiar, aumentaram durante o isolamento social. Mas a solução dada foi prática e efetiva.

Conhecimento e cacife

» Disputa em leilão rende a Dib Francis uma Bíblia raríssima. Vendida, como um objeto qualquer, a publicação, provavelmente, veio da coleção de algum bibliófilo que faleceu e seus descendentes sequer sabiam do que se tratava. A descrição no catálogo do leilão mostrava o desinteresse pela obra (veja as imagens no *Blog do Ari Cunha*). Foi uma disputa acirrada de 48 lances durante o pregão. Dib Francis venceu.

Jotapê F

» João Paulo Florêncio está se firmando no jornalismo esportivo de forma exponencial. Confira no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

E mais: quando uma pessoa pede para ir para o Palace Hotel, os motoristas alegam que fica longe, que é mau para o hóspede, e que lá é lugar de turismo e de exploração. É uma concorrência desleal e descortês. (Publicada em 20/2/1962)

Jan Balder, de piloto a historiador

» PAULO FONIA

Jornalista

Holandês de nascimento, o piloto e jornalista Jan Balder cresceu nas oficinas, nas fábricas e nas revendedoras de automóveis importados ou nacionais na recém-iniciada indústria automobilística do Brasil em São Paulo, no meio da década de cinquenta. Desde menino, acompanhando o padrinho, Otto Kuttner, e os amigos envolvidos na instalação da nova e promissora indústria no país, Balder ganhou gosto por carros, oficinas e pistas de corrida, além da arte de pilotar, que começaria antes mesmo de obter sua carta de motorista, tirada aos 18 anos.

Aos 10 anos conheceu uma de suas paixões da sua vida pessoal, esportiva e profissional: o autódromo de Interlagos, que visitou pela primeira vez levado pelo padrinho, chefe do Departamento de Testes da DKW Vemag, uma das empresas pioneiras na fabricação de automóveis no Brasil. Foi uma “injeção de gasolina nas veias”, como ele recorda no primeiro capítulo do livro *Nos bastidores do automobilismo brasileiro*, volume 1, que iniciou a saga de sete obras sobre a história do automobilismo brasileiro, uma preciosidade para os amantes do esporte no país e uma fonte riquíssima para futuras obras sobre o tema.

Aos 13 anos, o menino Jan Balder já frequentava regularmente o futuro autódromo José Carlos Pace — um amigo de adolescência e de aventuras nas ruas paulistas e nas primeiras corridas profissionais no país — como cronometrista oficial da DKW Vemag. Era comum pilotos, inclusive de outras equipes, o consultarem para saber de seus tempos.

A precoce presença no autódromo da capital de São Paulo enraizou de vez em seu sangue o gosto por motores, carros, pneus, corridas e

oficinas que se tornaram o seu cotidiano e seu ganha-pão como piloto de bólidos de toda a espécie — de motos, monopostos, carros de Rally, protótipos e Porches e BMWs que dirigiu ao longo de quase três décadas.

Jornalista, Jan Balder escreveu para a revista especializada *Auto Esporte*, comentou corridas na rádio Eldorado e, agora, o faz na Rádio Band News FM, desde 2006. Escreve e fala com propriedade e conhecimento de causa de quem passou a vida no ambiente automobilístico.

Lançou recentemente o livro *Carros, equipes e memórias*, o sétimo depois de *Nos Bastidores do Automobilismo Brasileiro*, volumes 1 e 2; *Paixão pelo automobilismo*; *Tempos dourados*, sobre a Fórmula Vê de monopostos no Brasil; *Protótipos exuberantes*; e o *Lorena GT*.

A diversidade de títulos dos livros e de categorias dos carros de corrida mostra como Jan Balder viveu e vivenciou a fundo o automobilismo nacional nas décadas de sessenta e setenta. Não faltam histórias saborosas para quem gosta de um bom texto e de corridas de qualquer espécie.

Vale o registro da conversa dele, ainda moleque de calças curtas da época, com o ídolo Chico Landi, o brasileiro pioneiro da Fórmula 1 e o primeiro a ganhar uma corrida pela Ferrari, o GP de Bari (Itália) em 1948, prova ainda não válida para o campeonato mundial, que só começaria dois anos depois.

Landi, algumas vezes, deu carona para o “alemãozinho”, como o chamava e lhe contava histórias, como a de uns médicos cariocas que queriam lhe amputar uma perna após um grave acidente no famoso Circuito da Gávea. “Não tive dúvidas: fugi do hospital junto com meu fiel mecânico, Cacau, e me mandei para

São Paulo, contrariando os médicos e seus diagnósticos pessimistas”, contou Landi ao garoto, que, anos depois, reproduziria o diálogo no seu primeiro livro.

No final da década de 1950, as fábricas instaladas no país — DKW, Simca, FNM, Willys — começaram a participar oficialmente das competições, cooptaram e profissionalizaram jovens pilotos, entre eles Balder. Contemporâneo de Wilson Fittipaldi (Tigrão), seu irmão Emerson (Rato), José Carlos Pace (o Moco), Bird Clemente e Luiz Pereira Bueno, Balder (apelidado de Omelete) assistiu de perto à debandada brasileira de pilotos para a Europa, como registra um capítulo do seu primeiro livro. Nele, confidencia que Emerson viajou em segredo para a Europa porque temia que Pace o seguisse imediatamente, o que só viria ocorrer dois anos depois.

Jan Balder registra também sua presença na quarta prova Mil Quilômetros de Brasília, em 1963, como cronometrista da equipe Willys e suas berlinetas amarelas. Brasília que, por sinal, ocupa um espaço especial na sua coletânea de livros, pela sua principal prova, as equipes e pilotos locais que disputavam competições nacionais.

Nos protótipos exuberantes, ele cita o ídolo da época da cidade, Ênio Garcia e seu Elgar GT feito “em casa” e o Patinho Feio de Alex Ribeiro e seus amigos da oficina Camber — no livro, Balder revela que foi o *Correio Braziliense* que batizou o carro de patinho feio, porque seu apelido anterior era Ovi. Todas essas e outras histórias compõem os sete livros de Jan Balder, que na sua carreira colecionou vitórias e títulos e, agora, deixa registrado, num estilo elegante e direto, os causos de sua longa jornada no automobilismo brasileiro.